

Superior Tribunal de Justiça

SUSPENSÃO DE LIMINAR E DE SENTENÇA Nº 2.576 - SP (2019/0284345-6)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
REQUERENTE : MUNICÍPIO DE LIMEIRA
PROCURADOR : JOÃO RICARDO MELO AVELAR - SP415935
REQUERIDO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
INTERES. : L N B
REPR. POR : POLIANE NUNES
ADVOGADO : JOSE RENATO PEREIRA - SP343349

DECISÃO

O MUNICÍPIO DE LIMEIRA (SP) requer a suspensão do acórdão da Câmara Especial do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP) que deu provimento ao Agravo de Instrumento n. 2137450-87.2019.8.26.0000 para determinar que o requerente fornecesse aparelhos médicos e órteses ao ora interessado, conforme indicação médica, sob pena de multa diária pelo descumprimento (fls. 11-14).

Na origem, o interessado, menor representado pela genitora, ajuizou ação de obrigação de fazer com pedido de antecipação de tutela em desfavor do requerente. Alegou ter paralisia cerebral quadriplégica e necessitar, conforme receituário médico, de aparelhos – andador, estabilizador e triciclo – para reabilitação e realização de atividades diárias.

O Juízo de primeiro grau indeferiu o pleito liminar. Contra essa decisão, o interessado interpôs referido agravo de instrumento, cujo pedido de tutela antecipada foi deferido pelo desembargador relator.

No julgamento do mérito, a Câmara Especial do TJSP deu provimento ao agravo de instrumento em acórdão assim ementado (fl. 12):

AGRAVO DE INSTRUMENTO. OBRIGAÇÃO DE FAZER. SAÚDE. Insurgência contra indeferimento da tutela antecipada. Adolescente portador de paralisia cerebral quadriplégica espástica (CID G80), necessitando de aparelhos ortopédicos para reabilitação pós-operatória. Preenchimento dos requisitos autorizadores para concessão da medida (art. 300, do CPC). Decisão reformada, sem prejuízo da análise do mérito, por ocasião da final decisão da causa. Precedentes. **RECURSO PROVIDO.**

Daí o presente pedido de suspensão, em que o Município de Limeira

Superior Tribunal de Justiça

argumenta que a manutenção do acórdão em comento enseja grave lesão à economia pública.

Sustenta que "o menor já é atendido pelo Município com diversos tratamentos, além de já ter recebido, **no âmbito do processo 1006963-90.2018.8.26.0320, uma cadeira de rodas no valor de R\$ 28.400,00 e uma cadeira de banho de R\$ 18.715,00. Ou seja, ele já vem sendo extremamente bem atendido**" (fl. 6).

Aduz que o orçamento previsto para o atendimento de demandas judiciais no tocante à compra de materiais não comporta o valor demandado, de modo que a execução da decisão implicará remanejamento de valores da Secretaria de Saúde, o que afetará diretamente a coletividade (fl. 7).

Alega que a decisão impugnada representa indevida interferência do Poder Judiciário nas políticas públicas de competência do Poder Executivo.

É o relatório. Decido.

A competência do Superior Tribunal de Justiça para examinar pedido suspensivo está vinculada à fundamentação infraconstitucional da causa de pedir da ação principal (art. 25 da Lei n. 8.038/1990; e SS n. 2.918/SP, relatora Ministra Ellen Gracie, Plenário, DJ de 25/5/2006).

Sobre o tema, o STJ entende que, "havendo concorrência de matéria constitucional e infraconstitucional, [...] ocorre a *vis attractiva* da competência da Presidência do Supremo Tribunal Federal" (AgRg na SS n. 1.730/MA, relator Ministro Barros Monteiro, DJ de 6/8/2007).

Ao examinar a pretensão do requerente nestes autos, percebe-se o nítido caráter constitucional da controvérsia.

Consta da petição inicial da ação de obrigação de fazer o seguinte (fl. 55):

1. Na condição de cidadão tem o Requerente seu direito a saúde garantida Constitucionalmente pelo artigo 196 da Constituição Federal [...].
2. O direito à saúde rege-se pelos princípios da universalidade e da igualdade de acesso às ações e serviços que a promovem, protegem e recuperam.

O cerne constitucional da causa também sobressai da leitura do acórdão impugnado (fls. 13-14):

Superior Tribunal de Justiça

Nesse passo, o acesso à saúde é direito fundamental consagrado constitucionalmente, competindo à Administração Pública o dever de promover com absoluta prioridade às crianças e aos adolescentes programas de assistência integral (art. 227, *caput* e § 1º, da Constituição Federal).

[...]

Destarte, considerando o direito à saúde como garantia do cidadão e dever do Estado, decorrente de expressa previsão constitucional, com status de preceito fundamental, positivado nos arts. 1º, III, 3º, IV, 5º, "caput", e 6º, "caput", aliado ao princípio da proteção integral, previsto no art. 100, II, da Lei nº 8.069/90, a concessão da tutela de urgência, mostra-se recomendável, evitando-se prejuízos à saúde do agravante.

Assim, após análise da ação originária e do acórdão impugnado, verifica-se que a discussão de fundo diz respeito ao dever da municipalidade de fornecer equipamentos de saúde ao interessado; portanto, **é inegável o status constitucional da demanda.**

Ante o exposto, evidenciado o *status* constitucional da questão jurídica em debate nos autos, **não conheço do pedido de suspensão.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 08 de outubro de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente